

PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE ITUTINGA, MG

Deneide Maria dos Santos Souza¹

Adriana Priscilla Duarte de Melo²

RESUMO: Pretende-se neste trabalho, descrever o papel do professor apoio na educação inclusiva no município de Itutinga, descrever as legislações que possibilitam a escola ter um professor apoio, verificar qual deve ser a formação do professor apoio e descrever como é o trabalho do professor apoio no município de Itutinga durante a pandemia, e dessa forma, entender os desafios para a promoção das aprendizagens desse público que cada vez mais requer metodologias específicas para seu desenvolvimento e a sua total humanização enquanto indivíduos. A educação inclusiva é um direito das crianças que possuem necessidades especiais de aprendizagem, tem amparo legal que visa garantir que esses direitos sejam de fato cumpridos, e assim, as escolas possam oferecer professores apoio preparados na sala regular de ensino e concomitante a isso, atendimento nos centros de aprendizagens como as Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para tal, a pesquisa valeu-se do método de pesquisa do tipo bibliográfica a luz das legislações que regem o ensino na educação especial, como também, Vygotsky (1991) acerca das teorias de aprendizagem e desenvolvimento, bem como, Freitas (2013), Almeida (2011) e Mantoan (2003), com suas principais abordagens sobre o ensino na educação inclusiva, salas de aula alternativa e formação do professor apoio. Foi utilizado também para a realização desse trabalho um levantamento de dados, onde buscou-se entender a atuação desses profissionais além de observar suas metodologias de ensino, afim de conhecer o dia a dia dessa atuação docente. As observações para a coleta de dados dessa pesquisa, devido ao momento atual do país causado pela Covid-19, aconteceram de forma remota, via *whatsapp*, ligações telefônicas e participação nos grupos de *whatsapp* que possuem alunos com necessidades especiais. Ao final desta pesquisa, alcançou-se como resultados, a compreensão da atuação dos professores apoio do município de Itutinga à luz das legislações vigentes em relação à inclusão, e conseqüentemente, foi possível compreender melhor o trabalho desenvolvido pelos mesmos. Contudo, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a prática docente ao que tange os saberes teóricos pedagógicos requeridos no ensino e aprendizagem das crianças no cenário de educação inclusiva no município de Itutinga.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Aprendizagem. Atuação docente do Professor Apoio. Escola.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: deneide.souza@estudante.ufla.br

² Professora do Núcleo de Educação de Infância da Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: pryscilladuarte@ufla.br

1. Introdução

Pretendeu-se com este estudo, aprofundar no tema da pesquisa e buscar especificidades de aprendizagens capazes de alcançar boas práticas educativas, a fim de incluir adequadamente os alunos que precisam de atendimento especializado, bem como propiciar o trabalho colaborativo com os demais profissionais da escola. O que motivou a escolha do tema é que se tem observado nas escolas do município de Itutinga a figura do professor apoio e o trabalho que eles vêm desempenhando que deve fazer toda a diferença no aprendizado dos alunos.

O tema de pesquisa é “O professor apoio na política de educação inclusiva no município de Itutinga”, a escolha se deu para que se possa debruçar e compreender as ações e práticas desse indivíduo que é uma figura relativamente nova no cenário da educação, e conseqüentemente, no município de Itutinga. É um tema que está muito em pauta e se torna cada vez mais frequente a contratação desse profissional nas escolas, inclusive, por ser um direito da criança com necessidades especiais.

A justificativa para a realização deste trabalho se dá por um desejo de compreender o papel desse profissional na educação, e conseqüentemente, no município de Itutinga, entendendo melhor as políticas que possibilitam seu ingresso na escola e se na prática as ações do professor apoio estão de acordo com as previstas em lei, sendo o desempenho do seu papel tão importante para os alunos atendidos, e com isso, mostrar a importância do mesmo para a melhoria da educação, não só do município, mas de todo o cenário educacional brasileiro.

O professor apoio é uma peça fundamental no espaço escolar, devendo integrar os alunos com deficiência em um ensino e aprendizagem saudável, valorizando o aluno, entendendo suas dificuldades e limitações e buscando meios para fazer com que o aluno possa ir concretizando a aprendizagem no decorrer do tempo. Dessa forma, tem-se a seguinte indagação como questão de pesquisa: Na prática, as ações do professor apoio no município de Itutinga, estão de acordo com as atribuições previstas na lei? Assim, tem-se como objetivo descrever o papel do professor apoio na educação inclusiva no município de Itutinga, e especificamente, descrever as legislações que possibilitam a escola ter um professor apoio, verificar qual deve ser a formação do professor apoio, descrever como é o trabalho do professor apoio no município de Itutinga durante a pandemia.

Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e um levantamento de dados que visam encontrar estudos, pesquisas e práticas de ensino que discorram sobre o assunto em tela e propiciará o alcance dos objetivos que foram propostos. Inicialmente será feita uma revisão bibliográfica para descrever sobre as legislações que regem o trabalho do professor apoio, bem como, discorrer o que vem a ser a educação inclusiva. Posteriormente, através de levantamento de dados, elaborado no contexto da pandemia da Covid-19 que assola nosso país onde buscou-se informações junto à coordenação pedagógica das escolas municipais e estadual, bem como, um contato realizado com as próprias professoras apoio através de ligações telefônicas e mensagens via *whatsapp* e inserção nos grupos de *whatsapp* onde tem-se alunos com necessidades especiais, coletando informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, e dessa forma, serão descritos o trabalho e o papel destes profissionais no município de Itutinga. A revisão bibliográfica será feita mediante a leitura de livros, revistas, artigos, periódicos, legislações, etc., ressaltando os pontos pertinentes ao assunto em estudo.

De acordo com Preti (2006, p. 9) a pesquisa bibliográfica “é um tipo de pesquisa conduzido principalmente através do uso de material escrito. Seu objetivo é conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre determinado assunto, tema ou problema”. Sendo assim, pode-se dizer que se configura em um estudo sistemático com base nos materiais a fim de obter conhecimento sobre o assunto para discorrer a pesquisa.

A temática deste projeto orienta a uma pesquisa bibliográfica com intuito de entender melhor sobre a educação inclusiva e as legislações pertinentes, bem como, a um levantamento de dados a fim de discorrer como vem sendo a atuação do professor apoio na educação inclusiva no município de Itutinga.

Este trabalho será dividido nas seguintes etapas: Introdução, desenvolvimento onde serão discutidos sobre as legislações pertinentes, as principais bases teóricas deste estudo, sobre como as escolas do município de Itutinga lidam com a educação inclusiva, por fim as considerações finais.

2. Professor Apoio em Itutinga: Educação Inclusiva, Legislação, Formação e Atuação

Quando se fala em educação inclusiva, logo vem em mente o caráter assistencialista que permeava a educação das pessoas especiais em meados do século XVIII, pois as pessoas

eram tidas como incapazes de aprender, portanto, na maioria das vezes não frequentavam o ensino regular, mas sim, escolas especiais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), onde muitas cidades não ofereciam esse ensino. No entanto, com o passar do tempo foram surgindo regulamentações para que essas pessoas começassem a serem vistas como capazes e serem inseridas no ensino regular.

A Declaração de Salamanca em 1994 foi um documento criado que apontava as necessidades de políticas públicas e educacionais para atender as pessoas especiais de modo igualitário. Tal declaração destaca a necessidade de inclusão educacional desses indivíduos (SANTOS e TELES, 2012). Posteriormente, a Constituição de 1988 em seu artigo nº 208, estabelece, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em seu capítulo V, traz todo um aparato reforçando a necessidade de inclusão na educação, bem como, regulamentando-a. No entanto, em 2001, foi criado, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que regulamenta a inclusão dos alunos com deficiência em todas as etapas do ensino, além de assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade, sendo um grande marco para a educação especial no Brasil.

Quando se fala em inclusão no ambiente escolar, logo se pensa em uma adaptação em todo o contexto escolar desde a estrutura física para acessibilidade da Instituição como também a metodologia de ensino, assim, Almeida (2011) pontua,

A inclusão requer mudanças sistemáticas na maneira como as escolas são organizadas e administradas, há necessidade de alterações envolvendo, sobretudo, a comunidade escolar. Trabalhar com a diferença, no sentido pleno, é entender que o ensino, o apoio, os recursos didático-pedagógicos, a metodologia, a proposta curricular e a própria avaliação da aprendizagem devem beneficiar a todos e não apenas a “alguns” (ALMEIDA, 2011, p. 533).

Corroborando com as ideias de Almeida a inclusão em contexto escolar antes de qualquer flexibilização de conteúdos é a capacidade de todos os atores da escola em conviver e respeitar as diferenças. Partindo desse princípio básico sobre lidar com a diversidade no cotidiano escolar, em uma perspectiva de direitos e deveres para todos os seres humanos, tem-se então a verdadeira inclusão, onde não há rotulações e estereótipos sobre a pessoa com

deficiência, enxergando assim o aluno com deficiência apenas como mais um aluno da escola, sobretudo aceitar e valorizar as vivências e aprendizagens já adquiridas das crianças. A escola e todo o corpo escolar devem ser capazes de receber bem essas diferenças e oportunizar aos discentes um ensino de qualidade, um ambiente sadio e humano. Porém, o que muitas vezes acontece é que o corpo escolar possui uma dificuldade em lidar com a diferença, transformando assim suas ações em grandes apatias, o que favorece a uma inserção e não inclusão escolar.

É importante salientar que a criação de uma rede de apoio nas escolas configura uma ação extremamente importante no fazer pedagógico. Ter uma equipe multidisciplinar na escola propicia a troca de ideias e informações das crianças em pontos diversos sobre suas fases, gostos, afinidades e sobre os seus desenvolvimentos e com isso promover novas atividades que farão com que a criança alcance um salto qualitativo no psiquismo imediatamente superior à fase anterior, e com isso atingindo novas aprendizagens. Essa é uma questão que avalia a aprendizagem das crianças, sobretudo aponta a fase de aprendizagem que ela está de forma a não frustrá-la impondo a ela atividades que estão além das suas capacidades para aquele momento.

Nesse sentido se torna importante que a escola lance mão do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), pois através da elaboração de tal documento além de se ter um diagnóstico das aprendizagens dos alunos da educação especial irá auxiliar na avaliação e condições que os alunos possuem para as aprendizagens.

O PDI deve ser cuidadosamente construído por todos aqueles que fazem parte do processo de escolarização do aluno, pautando-se para a sua elaboração no histórico de vida do aluno, nas avaliações realizadas por ele e em todas as atividades diagnósticas realizadas durante os períodos letivos. Em caso de transferência, o aluno deve levar consigo seu PDI, a fim de guiar o ensino desse aluno na nova escola (RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256, 2020).

Outro ponto importante a ser considerado quando se fala em pessoas com necessidades especiais é a própria visão de mundo e de si que eles têm, sendo que, há uma tendência de que esses indivíduos se enxerguem como os outros os enxergam, ou seja, na grande maioria das vezes coberta de preconceitos e estereótipos resultando em uma limitação e exclusão de si próprios. Diante disso, é necessário que os docentes tenham sempre boas expectativas sobre a

realização escolar do aluno, buscando sempre incentivá-los a buscarem o seu melhor cada vez mais.

2.1. Legislação acerca da atuação do professor apoio nas salas de aula

A Constituição Federal, leis, diretrizes, decretos, normas, documentos norteadores, portarias, resoluções, instruções, pareceres e declarações orientam e auxiliam na efetivação do direito à educação de todos os alunos e orientam as condições de igualdade para a inclusão educacional com qualidade, sendo que, atualmente a legislação brasileira direciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns das escolas (COSTA e FRANKE, 2015). No entanto, é preciso ter em mente que não adianta apenas se adequar às regras, bem como à escola, é preciso romper barreiras e extinguir o preconceito.

Um grande passo para uma mudança é o reconhecimento da necessidade na criação de alternativas para o acesso de todos à educação. Dessa forma, as instituições escolares precisam se adequar e estar atentas às legislações para atender os alunos com necessidades especiais. Abaixo, serão mencionadas algumas regulamentações importantes para possibilitar a escola a ter o professor apoio.

Conforme já mencionado acima a Constituição de 1988 traz o Atendimento Educacional Especializado na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 já vem reforçando em seu artigo 58 e 59, a necessidade de um profissional de apoio na educação regular, conforme retrata em seu artigo 58 parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” e em seu artigo 59, inciso III “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996). Já em 1999, foi criado o decreto nº 3.298 que dispõe em sua seção II do acesso à Educação, onde em seu parágrafo 4º discorre “a educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas” (BRASIL, 1999). Portanto, tal decreto já traz as orientações pedagógicas individualizadas, ou seja, entende-se aí a figura do professor apoio. Em 2001 foi criada a Resolução CNE/CEB nº 2 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial

na Educação Básica, e enfatiza em seu artigo segundo que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (RESOLUÇÃO CNE/CEB, 2001, p. 1). Em 2002, através da Lei nº 10.436 dispõe sobre a Língua brasileira de sinais (Libras) e reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados, ou seja, um grande passo para a educação dos alunos surdos/mudos. Ainda em 2002, o Ministério da Educação (MEC), através da portaria nº 2.678 aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa, bem como, recomenda seu uso em todo território nacional. Em 2009, o decreto nº 6.949, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu artigo 24, 2, d) define que “as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação” (BRASIL, 2009).

As escolas do município de Itutinga observam todas essas legislações acima mencionadas para se ter o professor apoio, no entanto, ela toma como base a Resolução nº 4.256 de 09 de janeiro de 2020 que instrui as Diretrizes para normatização e organização da educação especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

De acordo com essa resolução, (2020) em seu artigo 5º são princípios e objetivos da educação especial inclusiva o acesso e a permanência ao ensino em toda a idade escolar da criança sem qualquer discriminação e negligência, receber e ter garantido uma educação com equidade e qualidade de ensino, sem qualquer distinção, sobretudo na promoção das atividades pedagógicas, onde ela deve ser sempre elaborada levando em consideração as especificidades de aprendizagem dos discentes.

Assim, promover a inclusão das crianças com deficiência na sala de aula regular de ensino é propiciar a esses discentes as mesmas oportunidades de aprendizagens que as outras crianças, um currículo cujos conteúdos não os segregam, mas que passam por adaptações pedagógicas de forma a suprir as especificidades de aprendizagem das crianças com necessidades especiais de aprendizagem, de forma singular e dessa maneira a escola cumpra o seu papel de formadora para além de uma socialização e uma mínima capacitação.

2.2. Formação do professor apoio

O professor apoio deve desempenhar um papel extremamente importante na vida escolar das crianças com necessidades especiais, afim de que elas possam se desenvolver em todos os aspectos: cognitivo, afetivo, físico e social. Assim, Cunha (2014, p. 101) pontua que “não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor”. Sendo assim, é notório que esse profissional tem condições de atuação que possa suprir os desafios que esse nível de ensino requer.

Não distante, é comum ouvir entre os professores que eles não se sentem preparados para lidar com o ensino na educação especial, essa questão nos leva a saber que cada vez mais faz- se necessário que esse profissional busque novos conhecimentos, novas didáticas afim de aprimorar o seu fazer docente, bem como todo o corpo escolar – supervisores, diretores, merendeiras, monitores e demais colaboradores, que estarão vivenciando o cotidiano dessas crianças.

De acordo com Pereira Neto (2009) apud Freitas (2013, p. 44) o professor apoio

deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, que trabalha com o aluno deficiente que precise de apoio intenso e contínuo e que esteja inserido em salas regulares. Deve auxiliar a criança deficiente, o professor regente e a equipe técnica que por vezes presta atendimento as crianças deficientes. Este deve ser detentor de conhecimentos específicos como código de linguagens e técnicas que possibilitem ao aluno o aprendizado dos conteúdos ensinados (PEREIRA NETO, 2009 apud FREITAS, 2013, p. 44).

A formação do professor apoio é muito importante no processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades especiais de aprendizagem, no entanto, Fantinato (2014, p. 14) enfatiza que “além da competência técnica promovida pelo conhecimento científico, é necessário que o professor incorpore a convicção da importância da aprendizagem para que se efetivem as mudanças na realidade em que atua”.

Tal aprendizagem deve ser voltada na autonomia do aluno com necessidades especiais, sendo assim, é preciso que o professor apoio saiba conduzir o fazer pedagógico, pois nada adianta acompanhar o aluno, mas não ter o conhecimento e habilidades para tornar sua aprendizagem significativa. Dessa forma, o professor apoio precisa estar sempre estudando e aprimorando sua formação. A LDB (1996) em seu artigo 58, parágrafo 1º discorre sobre o serviço de apoio especializado na escola regular quando necessário, para atender as especificidades de aprendizagem dos alunos da educação especial. E ainda de acordo com

esse documento, a respeito da formação do profissional, em seu artigo 59 a Lei de Diretrizes e Bases reconhece a importância de formar professores para atuar na educação especial “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (LDB, 1996, p.19).

O Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (2019), em sua seção II trata da formação que deve ter o profissional de apoio, definindo assim, que o apoio pedagógico especializado é de curso de graduação, licenciatura e pós-graduação na área de educação especial, generalista ou específica. Para a área de surdez é preciso ter certificação de exames oficiais de proficiência em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para o surdocego pós-linguístico é preciso de guia intérprete com proficiência em Libras Tátil e Braille e conhecimentos em Orientação e Mobilidade e em mediação de atividades e adequações de materiais. Para o surdocego pré-linguístico é preciso instrutor mediador com proficiência em Libras Tátil e Braille e conhecimentos em Orientação e Mobilidade e em mediação em comunicação e socialização. Para cegos ou com baixa visão, professor que atua no ensino de Braille, Soroban, no uso de tecnologias assistivas, na Orientação e Mobilidade, e Atividades de Vida Diária, além de um profissional audiodescritor, ou seja, profissional que atua na descrição de ambientes, de imagens, de projeções, transformando imagens em palavras. Ainda para pessoas cegas ou com baixa visão, é preciso um profissional Transcritor e Revisor de Braille. Para os alunos com altas habilidades e superdotação é necessário que o professor seja especializado e que suplemente o ensino dessa criança, instigando e propondo sempre novos desafios que fará com que ela desenvolva suas potencialidades. O ensino aos superdotados requer que a escola se atente a possibilidade de matricular esse aluno a uma classe compatível ao nível de ensino em que ele está, e que sejam feitas pela escola parcerias com universidades ou centros de pesquisas voltadas para a superdotação, afim de, propiciar projetos e atividades voltadas para os superdotados. Para os alunos autistas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os professores especializados ou não, devem ser pacientes, dedicados, falar baixo e usar recursos visuais e concretos para que alunos com TEA possam entender o conteúdo e terem a sua atenção. O ideal é que os professores sejam especializados, visto que dessa forma poderão encontrar melhores intervenções psicoeducacionais e estratégias pedagógicas que possibilitará o desenvolvimento pleno dos alunos autistas.

“A formação de professores é um elemento essencial para que ocorra uma renovação da educação inclusiva no Brasil” (JESUS, 2004 apud FREITAS, 2013, p. 53). Nesse sentido, a boa formação do professor apoio e a formação continuada é o que define a qualidade do ensino que ele irá ofertar, buscando sempre propiciar aprendizagens aos alunos que despertem seu interesse e que o façam alcançar experiências pedagógicas que favorecerão tais aprendizagens e sobretudo fará com que o professor se sinta seguro e não impotente diante da sala de aula, que contará com uma heterogeneidade de alunos. Uma vez que um professor bem preparado, com concepções pedagógicas pautado em correntes atuais de ensino compreende que uma sala de aula diversificada é o ambiente ideal para a promoção das aprendizagens e das diferenças e não o vê como sendo um problema, tendo dessa forma uma postura crítica e construtiva a partir dos diferentes conhecimentos por ele adquiridos ao longo do tempo.

Uma lacuna na formação do profissional docente impede que ele desenvolva práticas pedagógicas sensíveis às necessidades do aluno.

Entende-se dessa forma, que a formação do professor apoio, bem como, sua atualização é de suma importância em seu fazer pedagógico, trazendo conhecimentos e práticas que o tornam capaz de desenvolver um trabalho que traz o aluno por ele acompanhado uma situação, em alguns casos, de igualdade com os demais alunos, sendo uma igualdade muito almejada pela educação.

2.3. O município de Itutinga e a atuação do professor apoio

De acordo com o site oficial da Prefeitura de Itutinga, o município localiza-se no interior do estado de Minas Gerais, região sudeste do país, a sul da capital do estado e sua população em 2013 era de 3.976 habitantes. Itutinga tem três escolas, sendo duas municipais que atendem creche a partir de dois anos até o quinto ano do ensino fundamental; e a escola estadual atende do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio.

Todas as três escolas do município contam com professoras apoio, sendo quatro nas duas escolas municipais (uma na educação infantil e três no ensino fundamental anos iniciais) e três na escola estadual.

O professor apoio possui muitas tarefas que vão desde a observação das necessidades das crianças especiais e auxílio das mesmas até o processo avaliativo, nesse sentido, percebe-

se o papel importante desse profissional no ensino e aprendizagem dessas crianças que por meio de seu trabalho têm a possibilidade de desenvolverem suas capacidades que muitas vezes achava-se que não seria possível.

Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Itutinga, são atribuições do Professor Apoio:

Atuar de forma colaborativa com os professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; adaptar/flexibilizar material pedagógico relativo ao conteúdo estudado em sala de aula (atividades, exercícios, provas, avaliações, jogos, livros de história, dentre outros) com uso de material concreto, figuras e simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e ampliação de vocabulário de símbolos gráficos; preparar material específico para o uso dos alunos na sala de aula; desenvolver formas de comunicação simbólica, estimulando o aprendizado da linguagem expressiva; prover recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa; garantir a utilização de material específico de Comunicação Aumentativa e Alternativa (pranchas, cartões de comunicados e outras), que atendam à necessidade comunicativa do aluno no espaço escolar; identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos alunos de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e promova sua aprendizagem por meio da informática acessível; ampliar o repertório comunicativo do aluno por meio das atividades curriculares e de vida diária. Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos na sala de aula, promover as condições especiais em todas as atividades da escola; orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação (ITUTINGA, 2019).

Para identificar o perfil profissional dos professores de apoio que atuam no município, foi realizada uma conversa informal com cada uma delas via *whatsapp*, afim de conhecer melhor a formação desses profissionais, constatou-se que:

Tabela 1 - Caracterização do profissional docente da rede estadual de ensino.

PROFISSIONAIS DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO		
NOME	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFESSORA APOIO

Prof. A	Formação em Pedagogia e também duas pós-graduações em educação inclusiva com ênfase em comunicação alternativa e atua com Licenciatura plena em educação especial.	4 anos.
Prof. B	Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Especial, pós-graduação em Educação Inclusiva e Especial, curso de capacitação e Aperfeiçoamento em Educação Especial Deficiências Múltiplas, curso de capacitação e Aperfeiçoamento em transtornos globais do Desenvolvimento, Cursos de: Autismo – Aspectos Pedagógicos, Tecnologia Assistiva, Transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), comunicação alternativa e tecnologia assistiva.	10 anos.
Prof. C	Licenciatura em Pedagogia e duas licenciaturas em Educação Especial; pós-graduação em Educação especial e Inclusiva e em Educação Especial e psicomotricidade.	11 anos.

Fonte: Dados da Pesquisa

A escola estadual do município exige que o professor apoio tenha licenciatura plena em educação especial.

Tabela 2 - Caracterização do profissional docente da rede municipal de ensino

PROFISSIONAIS DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO		
NOME	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFESSORA APOIO
Prof. D	Graduação Normal Superior e Pedagogia, pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Cursos de: Língua Brasileira de Sinais, Deficiência Intelectual, Educação Especial Inclusiva, Comunicação Alternativa e Tecnologia Assistivas, Autismo (TEA), Dificuldade de Aprendizagem, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Avaliação do Desenho Infantil, Práticas Inclusivas, Atuações Práticas no TEA, Português como Segunda Língua para o Surdo, Deficiência Intelectual, Inclusão Social, Oficina Integralidade de Ações no Ciclo de Vida da	5 anos.

	Pessoa com Deficiência Intelectual.	
Prof. E	Formação Normal Superior e pós-graduação em Educação Inclusiva, atualmente está cursando graduação em Educação Especial.	1 ano.
Prof. B	Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Especial, pós-graduação em Educação Inclusiva e Especial, curso de capacitação e Aperfeiçoamento em Educação Especial Deficiências Múltiplas, curso de capacitação e Aperfeiçoamento em transtornos globais do Desenvolvimento, Cursos de: Autismo – Aspectos Pedagógicos, Tecnologia Assistiva, Transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), comunicação alternativa e tecnologia assistiva.	4 anos.
Prof. F	Formação em Licenciatura em Pedagogia, segunda licenciatura em Educação Especial, pós-graduação em Neurociência aplicada a aprendizagem, pós-graduação em Neuropsicopedagogia Educação Especial e Inclusiva. E alguns cursos na área da educação especial de ACO.	3 anos.

Fonte: Dados da Pesquisa

O município conta também com a sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), localizado na Escola Estadual Jaime Ferreira Leite. A professora do AEE é formada em Normal Superior, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Educação Especial e atua na educação especial há 11 anos.

De acordo com a professora da sala de recursos, as atividades são desenvolvidas no contra turno da escola, ela faz uso de equipamentos, mobiliários, recursos pedagógicos e didáticos que favorecem a aprendizagem do aluno com necessidades especiais de acordo com a série que atua. A professora em questão foi questionada sobre a participação ou não da professora apoio na sala de recursos junto com a criança, em resposta ela disse que não, uma vez que os atendimentos são feitos no contra turno e que por isso as professoras apoio ficam atarefadas com outros compromissos.

A parceria entre o professor apoio e o professor regente é uma questão que merece atenção, visto que ambas as atuações determinam o desenvolvimento de todas as crianças da sala de aula, sendo elas com necessidades especiais ou não. Posto que, segundo Vygotsky (1998) a interação social favorece o desenvolvimento do ser humano. As vivências favorecem

trocas ricas de experiências e conhecimentos entre as crianças, com isso aprendizagens de suma importância. Essa parceria entre o professor apoio e o professor regente bem estabelecida determina uma atuação profissional em consonância com as necessidades de aprendizagem do aluno com deficiência, uma vez que o diálogo entre esses profissionais propicia descobertas de melhores formas de ensino para que juntos atinjam o aprendizado dos alunos da educação inclusiva.

Desta forma, revela-se a necessidade que as escolas têm de uma formação conscientizadora no que tange a construção do currículo escolar do aluno da educação inclusiva, e o quão importante e significativo é essa construção conjunta, de forma que todos os atores que estão envolvidos diretamente com o processo de escolarização dos discentes possam contribuir para a construção de atividades significativas e sensíveis às necessidades de aprendizagens dos alunos da educação especial. Porém, através do levantamento de dados, revela-se que há uma imprecisão na comunicação entre os professores regentes e as professoras apoio e que a construção do currículo não está sendo elaborada em conjunto.

A figura do professor apoio facilitará o processo de aprendizagem das crianças com deficiência, uma vez que eles serão os mediadores dessa aprendizagem, e segundo Vygotsky a mediação favorece o desenvolvimento da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), e conseqüentemente, a aprendizagem. Assim, a mediação do professor apoio estimulará o conhecimento potencial do aluno, criando a ZDP no educando, e com isso novas aprendizagens. Nesse sentido, a ZPD

é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração de companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 1998, p. 58)

As aulas presenciais no município de Itutinga, bem como, na maioria dos municípios iniciaram no começo do mês de fevereiro de 2020, porém, ao final do mês de março surgiu a pandemia da Covid-19 que é uma doença causada pelo coronavírus com grande facilidade de contaminação e podendo trazer grandes danos à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE). Dessa forma, houve a interrupção das aulas presenciais no município. No entanto, visando dar continuidade ao ensino e aprendizagem a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais criou o documento denominado Plano de Estudo Tutorado (PET) que “consiste em apostilas

mensais de orientação de estudo e atividades por ano de escolaridade. Os conteúdos foram baseados no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2020). E nas escolas municipais também não foi diferente, foi criado o PET também baseado no currículo e na BNCC, sendo o PET da estadual elaborado pelo Estado e o municipal elaborado pelos professores com a supervisão pedagógica das escolas.

Diante desse contexto, o trabalho das professoras apoio muda de estratégia em meio à pandemia, sendo realizado da seguinte maneira. Após o recebimento dos PET's as professoras apoio fazem uma reformulação deles, ou seja, fazem a adaptação necessária para que seu aluno assistido possa desenvolver as atividades neles contidas. Na escola estadual a própria professora apoio faz a entrega do PET semanalmente com as adaptações aos alunos, além de ficar disponível através do telefone no horário de aula para auxiliar a família no ensino tutorado ao aluno tirando dúvidas, sendo este o contato com os alunos e família. Já nas escolas municipais os PET's são entregues mensalmente na casa dos alunos por um veículo vinculado à Prefeitura Municipal e o canal de comunicação se torna o telefone celular, onde as mesmas têm a oportunidade de tirar as dúvidas dos alunos, fazer o contato com a família além de gravar explicações que são primordiais à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

As atividades da sala de recurso também foram suspensas por causa da Covid-19, devido a esse motivo as atividades também estão sendo desenvolvidas de forma remota, o contato entre professora da sala de recursos e as professoras regentes estão sendo feitas de forma frequente a fim de esclarecerem os conteúdos que serão abordados nos PETs. É feito também contato diário com os familiares dos alunos para sanar as dúvidas e para saber sobre o desenvolvimento da criança. E para os alunos que tem uma defasagem bem comprometida é feito pela professora da sala de recursos por videoconferências.

Ressalto que em ambas as escolas as professoras possuem dedicação e empenho para que seus alunos possam se desenvolver intelectualmente, muitas vezes elaborando material concreto, inclusive comprando com seu próprio salário para que a aprendizagem possa se concretizar, demonstrando assim, o papel importante que exercem para a educação, bem como, para a aprendizagem dos alunos necessitados.

Nesse contexto, segundo as docentes, as metodologias de ensino agora precisam ser ainda mais minuciosas, a fim de facilitar o acompanhamento nos estudos diários pelos pais, que sempre levantam questões e dúvidas a cerca das atividades.

Muitas são as dificuldades desse ensino remoto para as famílias e para as crianças, as principais levantadas foram a de que algumas famílias não estão conseguindo de forma efetiva ser mediadora desse ensino, as crianças se entediam facilmente, já que o contexto familiar para o estudo é para as crianças uma situação que foge às normalidades, também foi levantada a questão dos recursos pedagógicos ou a falta deles, visto que muitas famílias não conseguem fazer o acompanhamento *on-line* e acabam tendo congestionadas as mensagens diárias dos professores perdendo as dicas e os vídeos pedagógicos indicados por eles. Outra questão é o fato de as famílias não terem outros recursos pedagógicos para explicar os conteúdos de forma concreta e lúdica, e muitas vezes os pais não sabem como passar tal conteúdo para as crianças. A avaliação dessas atividades também é um fator preocupante para as docentes, uma vez que não é possível acompanhar se de fato a criança está interiorizando os conteúdos e aprendendo ou se simplesmente os pais ou outro familiar está realizando as atividades pelas crianças por não entenderem que as atividades bem instruídas e realizadas é um fator determinante para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Esses foram os questionamentos mais levantados pelas professoras, fora a indisponibilidade de alguns pais de fazerem as tarefas com as crianças e de mandar/fazer os vídeos e fotos das atividades realizadas pelas crianças para assim obterem sua carga horária escolar cumprida.

3. Considerações finais

A educação inclusiva ainda é um assunto que deixa o profissional docente inseguro em lidar com essas novas perspectivas no seu fazer docente. O fator determinante que fará com que o professor apoio de fato consiga atuar propiciando a promoção de atividades que favoreçam as aprendizagens significativas dos seus alunos é a formação continuada. Contudo, contar com o apoio de uma equipe multidisciplinar ajuda as crianças a se desenvolverem de forma integral e de acordo com as suas próprias especificidades.

O objetivo deste trabalho foi descrever o papel do professor apoio na educação inclusiva no município de Itutinga, e percebeu-se que esse profissional possui um papel fundamental no ensino e aprendizagem dos alunos, ensinando-os com atenção a fim de

sanarem as especificidades de aprendizagens. E os objetivos específicos foram descrever as legislações que asseguram a presença do professor apoio nas salas de aula, nesse sentido, o município observa e assegura o cumprimento dessas legislações à luz da contratação do professor apoio. Verificar a formação desse profissional, no qual, constatou-se que todas as professoras possuem a formação adequada para atuar com as especificidades dos alunos atendidos e a maioria das profissionais são experientes na docência da educação especial. Descrever como é o trabalho do professor apoio no município de Itutinga, nesse sentido, as professoras têm suas atividades pedagógicas inclusivas pautadas, sobretudo na Resolução nº 4.256 de 09 de janeiro de 2020, cujos princípios norteadores são a equidade no ensino e a promoção das aprendizagens considerando as especificidades de cada criança. Com a Covid-19, e conseqüentemente, a suspensão das aulas presenciais, os professores apoio do município tem enfrentado algumas dificuldades com as famílias no estudo remoto, e para minimizar esses impasses os docentes tem feito planejamentos de suas aulas mais simplificados, fazem buscas de vídeos didáticos para compor a aula e se disponibilizando para atendimento *on-line* nos horários das aulas. Para a avaliação, os professores apoio solicitam aos pais que fotografem as atividades e as mandem para que a criança tenha a carga horária computada. Ainda como forma de avaliar esse ensino remoto, os professores pedem que os pais sempre façam contato contando o desempenho das crianças, suas dúvidas e dificuldades. Por fim, retomando a pergunta a qual impulsionou essa pesquisa que por sua vez é saber se as ações do professor apoio no município de Itutinga estão de acordo com as atribuições prevista em lei, a resposta é sim, elas estão de acordo, porém, verificou-se alguns impasses que prejudicam a eficácia e eficiência das escolas como, o município de Itutinga não conta com profissionais efetivos, todas estão em regime temporário, fato este que muitas vezes dificulta a continuidade da realização do trabalho com os alunos. Outra questão delicada é a comunicação entre os professores regentes de sala e as professoras apoio que pude verificar que ainda é imprecisa e não existe construção do currículo escolar em conjunto, ainda que a escola propicie esses momentos de construção colaborativos através de reuniões frequentes.

Um outro fato observado e que impacta diretamente a avaliação da aprendizagem nas escolas é que por causa da suspensão das aulas devido a Covid-19, a direção escolar não realizou o PDI, documento obrigatório do aluno público da educação especial para o acompanhamento das suas aprendizagens em toda a vida escolar do discente. Para tanto, não

há dados que possibilitam fazer uma análise comparativa recente sobre o desenvolvimento das crianças mediadas pelos professores apoio.

Com essa pesquisa pude refletir sobre a importância da instrumentalização teórica da prática docente. Estudar e procurar novas perspectivas de ensino inclusivo enaltece o fazer pedagógico e possibilita aprendizagens significativas aos educandos, com práticas pedagógicas lúdicas, assistivas e um currículo adequado às necessidades de aprendizagem de cada criança e que propiciam a elas condições de superação sobre as expectativas de si próprias. Dessa forma, “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares” (MANTOAN, 2003, p. 38). Assim sendo, o papel do professor apoio na quebra de estereótipos e paradigmas é extremamente necessário tanto para a vida escolar da criança quanto para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Link para vídeo de apresentação disponível em: <<https://youtu.be/UVgaoltA0jg>>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de. Relatos sobre “salas alternativas de Educação de Jovens e Adultos” para pessoas com necessidades educativas especiais: um olhar no passado com vistas para o futuro. **Revista Inter Ação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 525–538, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16721>>. Acesso em: 11 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa** / elaboração: Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2006. 106p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. **Resolução nº 4.256 de 09 de janeiro de 2020**. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf>> Acesso em: 12 set de 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Mato Grosso do Sul). Deliberação nº 11.883, de 5 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a educação escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado**, n. 10. 056, p. 10 e 25, 23 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/del.-11.883-2019-Educa%C3%A7ao-Especial-.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

COSTA, M. T. de A.; FRANKE, M. C. G. C. **Legislação e políticas públicas para a diversidade**. 1. ed., Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2015, 136 p.: il. ;21 cm.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed.,2014.

FANTINATO, T. M. **Formação docente para a diversidade**. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2014, 132 p. il.; 21cm.

FREITAS, A. de O. **Atuação do Professor de Apoio à Inclusão e os Indicadores de Ensino Colaborativo em Goiás**. Universidade Federal de Goiás, Câmpus Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/dissertacao_Adriana.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

ITUTINGA. Prefeitura Municipal. **Município de Itutinga “Terra das Águas”**. Disponível em: <<http://www.itutinga.mg.gov.br/pagina/4330/Hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%20O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é Covid-19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

PRETI, O. **Estudar a Distância: uma aventura acadêmica**. 2006. Disponível em: <<https://campusvirtual.ufla.br/ead/pluginfile.php/87002/course/section/14621/%28PRETI%20C%202006%29%20%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20C%20A0%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2020.

SANTOS, A. R. dos; TELES, M. M. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. 2012. Universidade Tiradentes – Unit. Disponível em: <<http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Plano de Estudo Tutorado**. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/2016-08-09-14-43-45/2016-08-09-16-36-38/story/10842-plano-de-estudo-tutorado-ofertado-aos-alunos-da-rede-publica-estadual-tambem-podera-ser-utilizado-pelas-redes-municipais-de-ensino-de-minas-gerais>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. **Resolução SEE nº 4.256/2020**. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.